

CONHECENDO O AUTISMO NO CONTEXTO DA INCLUSÃO SOCIAL: NA FLEXIBILIDADE CURRICULAR E MÉTODOS PEDAGÓGICOS.

¹SANTOS, C. L. S. C.; ¹GOMES, C. M. L.; ¹BARROS, V. P. H.; ²CELINO, M. L. S.. ¹Mestrandas do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu, ²Mestre da SAPIENS: Faculdade de Ciências Humanas, Campina Grande-PB. E-mail:clpsicop@hotmail.com.

RESUMO

O artigo aqui descrito leva a uma reflexão acerca da inclusão do autista na atualidade, mais especificamente a sua inclusão nas escolas regulares de ensino. Retrata o autismo no contexto geral, conceituando o termo, definindo as principais características desta síndrome, bem como os sintomas e a etiologia, perpassando pelo diagnóstico e tratamento. Também descreve algumas adequações curriculares necessárias para que ocorra a inclusão escolar da pessoa com autismo e conclui com os métodos desenvolvidos para os autistas.

Palavras-chave: Autismo, Educação, Inclusão Social.

ABSTRACT

The article described here leads to a discussion about the inclusion of autistic today, more specifically their inclusion in mainstream schools of education. Portrays autism in the general context, conceptualizing the term, defining the main characteristics of this syndrome, as well as the symptoms and the etiology, diagnosis and treatment by bypassing. It also describes some course adjustments necessary for the educational inclusion of people with autism occurs and concludes with the methods developed for autism.

Keywords: Autism, Education, Social Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A educação de uma criança portadora de autismo representa, sem dúvida, um desafio para todos os profissionais de saúde e da educação. A necessidade de recursos humanos devidamente capacitados para atuar em classes inclusivas implica não só o conhecimento sobre as especificidades da deficiência com a qual se vai trabalhar, mas também uma reflexão crítica acerca do sentido da educação e de suas finalidades. A forma como a sociedade trata a deficiência, em sua maioria, deram margem a preconceitos, mas é necessário relativizar as classificações e conceitos, pois é a sociedade que determina a situação de vantagem ou desvantagem do indivíduo. Nessa perspectiva, este artigo pretende refletir sobre a real inclusão do portador desta síndrome, a flexibilidade curricular e os modelos/métodos pedagógicos que facilitam a inclusão.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa foi elaborada uma busca bibliográfica que possibilitou a fundamentação deste trabalho. A estratégia metodológica adotada foi a pesquisa bibliográfica que nos dá uma cobertura mais extensa sobre o assunto. O levantamento do material bibliográfico utilizado permitiu um estudo direto do material escrito, auxiliando na análise da pesquisa e no manuseio de suas informações.

3. ASPECTOS GERAIS DO AUTISMO

A palavra autismo foi utilizada pela primeira vez em 1911, pelo médico Bleuer, para designar a perda do contato com a realidade, com grande dificuldade ou impossibilidade de comunicação (AJURIAGUERRA, 1977). No entanto, foi apenas em 1943, com a descrição de onze casos que Dr. Leo Kanner, oficializou o termo em seu artigo intitulado de “Distúrbios Autísticos de Contato Afetivo” (MELLO, 2004)

Leo Kanner (1943) psiquiatra americano começou a agrupar pela primeira vez crianças com comportamentos aparentemente característicos, que onze crianças apresentavam entre outros aspectos, isolou alguns casos semelhantes de crianças que forte isolamento, ausência de reciprocidade no olhar e desinteresse profundo em estabelecer contato. Essas definições ainda hoje são consideradas apropriadas por pesquisadores da área.

A principal característica do Transtorno do Espectro Autista é o déficit considerável na interação social, comportamento e invariavelmente na comunicação, em sua maioria, com ausência de comunicação verbal e quando presente, geralmente nos casos de Autismo Leve e na Síndrome de Asperger, as dificuldades se encontram principalmente no que se refere à pragmática, prejudicando ainda mais a interação social deste indivíduo. Percebe-se a complexidade dos sintomas e a ainda atual, diversidade de explicações etiológicas que tentam enquadrar o autismo nas mais distintas áreas do conhecimento, que resultam em diferentes e por vezes divergentes abordagens clínicas, terapêuticas e educacionais. Diferentes autores concordam em citar o autismo como uma questão que apresenta grandes controvérsias, uma vez que engloba, dentro dos seus conceitos, uma gama bastante variada de doenças com diferentes quadros clínicos que têm como fator comum o autismo. (ASSUMPTÃO Jr.,1995).

Destarte, segundo Mello (2004), o autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. Atualmente, segundo Bandim (2010), o autismo é classificado dentro dos Transtornos Globais do Desenvolvimento, pois apresentam características básicas comuns ao autismo, com prejuízo severo em diversas áreas do desenvolvimento anteriormente citadas, que concerne com a afirmativa do CID-10 (Código Internacional das Doenças):

Transtorno Invasivo do desenvolvimento definido pela presença de desenvolvimento anormal e/ou comprometimento que se manifesta antes da idade de três anos, pelo tipo característico de funcionamento anormal de três áreas, a interação social, comunicação e comportamento repetitivo e restrito. (CID-10)

A frequência do autismo na população está entre 0,7% a 1%, ou seja, para cada 10.000 crianças nascidas há 13 crianças autistas, no entanto, este percentual tende a crescer por inúmeras razões, dentre elas, a maior divulgação do autismo, a conscientização e habilidade no diagnóstico por parte da classe médica e a identificação precoce. A incidência é maior em crianças do sexo masculino e etiologicamente não existe “uma causa” para o autismo, o máximo que se tem proposto é a identificação de fatores genéticos e biológicos. (BANDIM, 2010).

Como foi descrito anteriormente, para efeito de diagnóstico e intervenção, o autismo é um distúrbio do comportamento que consiste em uma tríade de dificuldades:

Dificuldade de **comunicação** - caracterizada pela dificuldade em utilizar com sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal. Isto inclui gestos, expressões faciais, linguagem corporal, ritmo e modulação na linguagem verbal.

Dificuldade de **sociabilização** - este é o ponto crucial no autismo, e o mais fácil de gerar falsas interpretações. Significa a dificuldade em relacionar-se com os outros, a incapacidade de compartilhar sentimentos, gostos e emoções e a dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas.

Dificuldade no uso da **imaginação** - se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Isto pode ser exemplificado por comportamentos obsessivos e ritualísticos, compreensão literal da linguagem, falta de aceitação das mudanças e dificuldades em processos criativos. (MELLO, 2004, p. 15-16).

Antes de fechar o diagnóstico, pode ser necessário fazer exames auditivos com a finalidade de um diagnóstico diferencial e também outros exames devem ser realizados não para diagnóstico, mas com a finalidade de se realizar um bom tratamento. São eles: ácidos orgânicos, alergias alimentares, metais no cabelo, o perfil ION, imunodeficiências entre outros. (BANDIM, 2010).

O tratamento dar-se-á através de uma equipe multi e interdisciplinar: com psiquiatra, neurologistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, psicopedagogos, educador físico, terapia ocupacional, nutricionista, assistente social, enfermagem.

4. FLEXIBILIDADES CURRICULARES E A INCLUSÃO

A questão de incluir ou não a criança autista na escola regular é uma decisão a serem pensada e repensada dentro dos critérios a serem analisados, quanto a adequação do ambiente escolar, profissionais capacitados e, principalmente, as próprias condições sociais, físicas e comportamentais da criança autista. Suplino (2005) acredita que à inclusão é uma filosofia e não uma metodologia, e que a criança autista deve usufruir da educação em um ambiente positivo de aprendizagem. Isso pode ocorrer dentro ou fora de uma classe inclusiva, ou ainda de uma forma intermediária de ambas as propostas. O que vai definir em qual das propostas a criança estará, serão as próprias características do indivíduo e as condições da escola, tal como afirmar a LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira:

Art. 8. As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

III – “Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais

especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória”. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 1996).

A escola estabelece os padrões de normalidade e aceitação social, porém, a própria formação dos docentes não permite que suas teorias de ensino-aprendizagem sejam de acordo com a realidade, ou que não preparem o professor para as dificuldades do cotidiano escolar, além de diversas situações de estresse provocadas pelo sistema, que fazem com que o autista seja excluído mesmo estando inserido dentro da escola regular e acaba por causar um grande prejuízo ao autista que não consegue atingir a autonomia. (SUPLINO, 2005).

Os principais documentos que subsidiam a formulação de políticas públicas de Educação Especial enfatizam a igualdade e o direito à educação para todo cidadão. Contudo, pesquisas mostram que há pouco sucesso nessa proposta com alunos autistas devido as condições não serem adaptativas às suas características, uma vez que, alunos autistas não aprendem sem um devido suporte. (SUPLINO, 2005).

Na Declaração de Salamanca se faz referência ao conceito de flexibilidade curricular, no entanto, a terminologia estava associada ao conceito de “adaptação curriculares”, expressão que era utilizada anteriormente com maior frequência nos documentos oficiais e na literatura na área de educação especial: “percebe-se uma defesa de que o currículo seja adaptado às crianças e não o contrário”. (GARCIA, 2007).

É necessário compreender o conceito de flexibilidade curricular, que atenda à diversidade humana, visando a relação de alunos com as deficiências a serem recebidas no atendimento educacional especializado, com o intuito de promover a real inclusão, criando um ambiente educacional acolhedor, com suporte pedagógico e interação social, atendimento efetivo e eficiente, entre outros:

“O aluno com deficiência intelectual como também o autista exige uma flexibilidade de tempo para organizar-se diante do desafio do processo de construção do conhecimento [...] esse tempo será delimitado por cada aluno”. (BATISTA, 2008, p.126).

Alunos autistas não aprendem sem o devido suporte, eles possuem uma forma própria e se optarmos por uma educação inclusiva, precisará antes de tudo respeitar esta identidade da criança e a flexibilidade deverá ser crucial para o sucesso dos programas. (Sperry citado por SERRA, 2010).

Para Feverstein, citado por Serra (2010), a interação e o envolvimento com o material e o professor, não são suficientes para que haja a experiência de aprendizagem mediatizadora. Assim, é notória a preocupação de como se dão os processos mentais do indivíduo e a formulação de programas que o enriqueçam cognitivamente do que com os resultados obtidos por testes que medem a capacidade intelectual deste aluno portador da síndrome:

A utilização das experiências de aprendizagem mediatizada como uma das formas de inteirar-se o indivíduo com seu meio, consiste na transformação de todos os estímulos através de um mediatizador que os criterize, organizando-os e modificando-os para uma melhor interpretação do universo que o rodeia e no qual ele está inserido, proporcionando condições para uma melhor qualidade em seu desenvolvimento intelectual possibilitando uma interação entre um indivíduo com junções cognitivas deficientes ou insuficientes com um outro indivíduo provocando a modificabilidade de estruturas cognitivas. (SERRA, 2010, p.24).

O papel do professor no acesso e permanência da criança autista na escola é fundamental a partir do conhecimento especializado da prática pedagógica. É uma das responsabilidades do educador é a de intervir na vida humana por meio da reflexão e da ação reflexiva, geradoras de estratégias pedagógicas para o bem comum do educando, através da busca de maneiras inovadoras, facilitadoras, diferenciadas e produtivas para a construção de uma melhor qualidade de vida para a pessoa autista. (SUPLINO, 2005).

5. MÉTODOS PEDAGÓGICOS FACILITADORES PARA INCLUSÃO DO AUTISTA.

A convivência com o autismo requer dos familiares e profissionais o conhecimento e utilização de alguns métodos e técnicas que facilitem a interação social com o portador desta síndrome. Vale salientar a existência de inúmeros métodos e sempre surgem novas tecnologias que facilita o desenvolvimento do autista, aqui será descrito alguns métodos utilizados corriqueiramente no Brasil atualmente, como o TEACCH, PECS, SONRISE e LIVOX.

Um dos métodos de ensino mais utilizados no Brasil para atender o autista é o TEACCH Treatment and Education of Autistic and related Communication handicapped Children que foi desenvolvido no início de 1970 pelo Dr. Eric Schopler e colaboradores, na Universidade da Carolina do Norte (EUA), é conhecido no mundo inteiro. Os serviços oferecem desde o diagnóstico e aconselhamento dos pais e profissionais, até centros comunitários para adultos com todas as etapas intermediárias: avaliação

psicológica, salas de aulas e programas para professores. O TEACCH visa desenvolver a independência da criança de modo que ela necessite do professor para o aprendizado, mas que possa também passar grande parte de seu tempo ocupando-se de forma independente. (MELLO, 2007).

Outro método é o de sistema de PECS - Sistema de comunicação por troca de figuras foi desenvolvido para ajudar crianças e adultos autistas e com outros distúrbios de desenvolvimento para adquirir habilidades de comunicação e pode ser um fortalecedor na comunicação para os autistas que não desenvolvem a linguagem, pois poucos autistas têm uma fala funcional e este recurso seria um facilitador permitindo que o autista se expresse mais para isto é preciso que o autista possua um nível de compreensão mínimo, não tenha comprometimento visual e tenha coordenação motora mínima. (MELLO, 2007).

Atualmente, o programa Livox-Sistema de comunicação alternativa para tablets fornece uma solução para comunicação de pessoas que tem dificuldades na fala. O Livox oferece conversão de texto em voz com sons naturais, milhares de símbolos, personalização total e facilidade de uso extremo para Tablets Android. Foi desenvolvido no Brasil por Carlos Pereira é considerado o primeiro sistema de comunicação alternativa totalmente na língua portuguesa. (MELLO, 2007).

Son-Rise (MELLO, 2007) é um programa para tratamento de crianças com autismo ou outras dificuldades de desenvolvimento similares, com uma abordagem relacional, onde a relação interpessoal é valorizada. O programa não é um conjunto de técnicas e estratégias a serem utilizadas com uma criança, mas um estilo de se interagir, uma maneira de se relacionar que inspira a participação espontânea em relacionamentos sociais.

A utilização de materiais pedagógicos Montessorianos é muito importante na intervenção com o autista porque permite atividades de exploração sensorial, são objetos muito simples, mas que estimulam o raciocínio e são muito utilizados na escola comum nos anos iniciais é um excelente recurso para o educador porque permite que sejam desenvolvidas atividades a partir do concreto e que seja possível a exploração de texturas, formas, encaixes, tamanho, possibilitando que o educador perceba os esquemas mentais formado pelo aluno e promova o desenvolvimento cognitivo. As utilizações destes materiais são muito aplicados nos centros que atendem o autista, mostram

resultados positivos, que podem ser utilizados para o autista independente do nível de comprometimento. (BATISTA, 2008).

O Modelo ABA - Análise Comportamental Aplicada consiste na aplicação de métodos de análise comportamental e de dados de científicos com o objetivo de modificar comportamentos. O autismo é um das várias áreas nas quais a análise comportamental tem sido aplicada com sucesso. As teorias subjacentes a este campo são da autoria de B. F. Skinner, tendo os primeiros estudos no autismo surgido no início da década de 60 com vários investigadores entre os quais se salientam Charles Ferster, Ivar Lovaas, Montrose Wolf and Todd Risley.

Desde esta altura, centenas de investigadores têm documentado a eficácia dos princípios e métodos ABA na construção/ desenvolvimento de um grande leque de competências importantes e na redução de problemas comportamentais em indivíduos com autismo e outras doenças, em todas as idades.

Recorre-se à observação e à avaliação (em termos de frequência, intensidade e duração) do comportamento do indivíduo, no sentido de potenciar a sua aprendizagem e promover o seu desenvolvimento e autonomia. Envolve o ensino da linguagem, o desenvolvimento cognitivo e social e competências de autoajuda em vários meios, dividindo estas competências em pequenas partes/tarefas que são ensinadas de forma estruturada e hierarquizada. É dada muita importância à recompensa ou reforço de comportamentos desejados/adequados, ignorando/minimizando e redirecionando/desencorajando comportamentos inadequados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em inclusão do autista surge à idéia de que apenas inserindo a criança em uma escola regular ela irá começar aprender com outras crianças. Por não ter consciência de si mesma, tem-se a idéia de que a criança com autismo não consegue estabelecer as relações nem se apropria de uma aprendizagem significativa. A escola é um espaço para aprender que não deve ser um espaço onde se leve o autista apenas para desenvolver a interação social, a educação do autista deve ser planejada para que possa ter um currículo que atenda suas necessidades, a intervenção deve ser individual e no ritmo que o autista consegue aprender.

Pensar em uma escola inclusiva que atenda plenamente alunos com comprometimento autístico, pode-se considerar que esta necessita de adaptações curriculares de acessibilidade e adaptações pedagógicas, referente à eliminação de

barreiras físicas e metodológicas, porque o universo do autista é complexo cheio de singularidades, o profissional é a peça fundamental que irá proporcionar as condições necessárias para a aprendizagem, planejar uma ação adaptativa para o autista requer criar pontes para que pessoas com transtorno do espectro autístico seja reconhecida não como indivíduo especial, mas como cidadão que assim como todos nós temos nossas singularidades e complexidades e que merecem ser respeitadas.

REFERÊNCIAS

- ABA – o que é? [www. Centro abcreal.com/paginas/381/aba-o-que-e/](http://www.Centroabcreal.com/paginas/381/aba-o-que-e/). Acessado em: Junho de 2013.
- AJURIAGUERRA, J. *As psicoses Infantis*. In: *Manual de Psiquiatria Infantil*. 4. ed. Barcelona: Taroy-Massau. 1977.
- BATISTA, C. A. M.. Atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência mental. In: *O desafio das diferenças nas escolas*. EGLER, M. T. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BANDIM, J. M.. *Autismo: Uma abordagem prática*. Recife: Bagaço, 2010
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, 23 dez., 1996.
- GARCIA, R. M. C.. O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de Inclusão Educacional. In: BATISTA, Claudio Roberto, e *Col inclusão práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Editora Mediação, Porto Alegre, 2007.
- LEBOYER, M. *Autismo infantil*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MELLO, Ana Maria S. *Autismo: guia prático*. 5 ed. São Paulo: AMA. Brasília: CORDE, 2007.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10*. Disponível em: <www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.ht>. Acesso em: JUN 2013.

- SERRA, D.. A educação de alunos autistas: entre discursos e as práticas inclusivas das escolas regulares. Revista Polêmica. Disponível em: www.polemica.uerj.br/pol23/oficialartigos/lipus_3.pdf. Acesso em: Junho 2013.
- SUPLINO, M. Inclusão escolar de alunos com autismo. Petropolis: Vozes, 2005.